

PREFÁCIO

A democracia não é uma conquista estática. É uma construção permanente, que exige vigilância constante, coragem institucional e disposição genuína para o diálogo. É nesse espírito que a Advocacia-Geral da União (AGU), ao longo dos últimos anos, tem assumido com determinação o papel que a Constituição de 1988 lhe reservou, representando juridicamente a União, mas também como guardiã ativa do Estado Democrático de Direito.

O cenário que motivou as iniciativas aqui descritas é conhecido e preocupante. O mundo atravessa um período de intensa polarização política, de descrença crescente nas instituições e de disseminação sistemática de desinformação. As novas tecnologias, que poderiam ter se tornado instrumentos plenos de realização dos ideais iluministas de racionalidade e tolerância, têm sido também utilizadas para radicalizar, dividir e enfraquecer os alicerces da convivência democrática. Esse fenômeno não é exclusividade brasileira, sendo uma ameaça global.

Foi diante desse diagnóstico que a AGU, sob minha gestão, construiu uma agenda institucional voltada à defesa concreta da democracia. Criamos a Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia, o Observatório da Democracia, entre outras iniciativas. Essas ações não nasceram de um impulso isolado. Nasceram da compreensão de que a defesa da democracia é uma missão intrínseca à AGU, como afirmei desde o primeiro dia de minha posse.

Entre essas iniciativas, destaca-se com especial relevância a criação, pela Escola Superior da AGU (ESAGU), do Grupo de Pesquisa “Processo Eleitoral e Integridade das Eleições nas Américas”, instituído pela Instrução Normativa ESAGU/AGU n. 10, de 19 de novembro de 2024, sob a coordenação do Procurador da Fazenda Nacional João Carlos Souto, Diretor-Geral da ESAGU, jurista de reconhecida produção intelectual e liderança institucional. O Grupo nasceu com o propósito de promover o estudo, o debate qualificado e a apresentação de propostas voltadas à integridade do processo eleitoral e à defesa da democracia nas Américas, em um momento em que esses valores precisam ser reafirmados com mais vigor do que nunca.

Em pouco tempo de existência, o Grupo já demonstrou a vitalidade e a seriedade de sua proposta. Reuniu pesquisadores, magistrados, membros do Ministério Público, advogados públicos e estudiosos em quatro encontros de alto nível. Essa trajetória revela a compreensão de que os desafios à integridade eleitoral não se resolvem em fronteiras nacionais, e que o

intercâmbio de experiências e práticas entre países é parte indispensável da resposta institucional adequada.

A presente obra é o resultado natural desse percurso. Reúne artigos de juristas, pesquisadores e operadores do Direito que, a partir de distintas perspectivas teóricas e práticas, oferecem reflexões sobre os grandes temas que hoje desafiam a integridade democrática.

Esta obra é um produto do esforço coletivo do Grupo de Pesquisa e uma contribuição concreta ao aperfeiçoamento do sistema eleitoral e da cultura democrática nas Américas. Ela chega a público num momento em que o Brasil e seus vizinhos precisam, com urgência, de mais conhecimento, mais diálogo e mais instituições comprometidas com a verdade e com o voto.

A Advocacia-Geral da União seguirá firme nesse compromisso. A defesa da Constituição, da soberania popular e da integridade das eleições não é uma agenda conjuntural. É uma missão permanente, que se renova a cada ciclo eleitoral, a cada ameaça à ordem democrática, e a cada iniciativa como esta que ora se apresenta ao leitor.

Que esta obra inspire debates, oriente decisões e fortaleça as instituições que, dia após dia, sustentam a democracia que construímos juntos.

Jorge Rodrigo Araújo Messias

Advogado-Geral da União. Doutor e mestre pela Universidade de Brasília (UnB). Foi Professor Colaborador da UnB, Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, Consultor Jurídico do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Procurador do Banco Central do Brasil. É Procurador da Fazenda Nacional.